



Desinformação em tempos de pandemia: uma análise da atuação da EBSERH no combate à desinformação

Disinformation in times of pandemic: an analysis of EBSERH's role in combating disinformation

Priscila Elizabeth Ferreira Duarte Sanches 

Mestra em Ciéncia da Informação
Universidade Federal de Alagoas, Brasil
priscila.duarte@hu.ufal.br

Maria Lívia Pachêco de Oliveira 

Doutora em Ciéncia da Informação
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
maria.livia@academico.ufpb.br

Resumo

O fenômeno da desinformação demanda contínua orientação da população para questionamento de conteúdos suspeitos, verificação de fontes e busca por evidências científicas. No Brasil, a intensa circulação de informações sobre saúde durante a pandemia da Covid-19 evidenciou a importância de ações institucionais para o enfrentamento da desinformação. No entanto, observou-se uma produção limitada de conteúdos voltados ao combate das *fake news*, inclusive em canais oficiais do Governo Federal. Esta pesquisa, caracterizada como exploratória e baseada na análise de conteúdo, investigou a atuação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares no combate a desinformação sobre o coronavírus por meio de notícias veiculadas em seu site. Evidenciou-se a insuficiênciade conteúdos para combate à desinformação e a necessidade de fortalecimento de estratégias para mitigar *fake news*.

Palavras-chave: desinformação; desinformação em saúde; comunicação em saúde; infodemia.

Abstract

The phenomenon of misinformation demands continuous guidance from the population to question suspicious content, verify sources and search for scientific evidence. In Brazil, the intense circulation of information about health during the Covid-19 pandemic highlighted the importance of institutional actions to combat misinformation. However, there was a limited production of content aimed at combating fake news, including on official channels of the Federal Government. This research, characterized as exploratory and based on content analysis, investigated the actions of the Brazilian Hospital Services Company in combating misinformation about the coronavirus through news published on its website. The insufficient content to combat misinformation and the need to strengthen strategies to mitigate fake news were highlighted.

Keywords: desinformação; health disinformation; health communication; infodemic.

1 INTRODUÇÃO

Lidar com a desinformação em saúde exige um esforço contínuo de educação e conscientização da população. Faz-se necessário estimular nas pessoas o hábito de questionar



doi: [10.28998/cirev.2026v1319584](https://doi.org/10.28998/cirev.2026v1319584)

Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Submetido em: 23/04/2025

Aceito em: 03/07/2025

Publicado em: 23/01/2026

informações suspeitas, verificar a credibilidade das fontes de informação e buscar por evidências científicas que auxiliem na distinção entre fatos, boatos, opiniões, verdades e mentiras, sejam estas intencionais ou não. Salustiano *et al.* (2022) ressaltam o papel fundamental da informação, sobretudo durante períodos de emergências sanitárias, dada sua capacidade de dirimir dúvidas, esclarecer medidas governamentais para aliviar o sofrimento da população e facilitar a partilha de conhecimento entre cientistas na busca por tratamentos para eliminar ou controlar os impactos adversos das doenças.

No entanto, o ecossistema informacional não é composto apenas por informações corretas. Circula na *internet* uma grande variedade de informações sobre temas relacionados à saúde, que podem ser equivocadas, não comprovadas cientificamente ou totalmente falsas. Estas informações têm o potencial de exercer influência sobre as decisões dos indivíduos e podem resultar em condutas nocivas à saúde, como a adesão a tratamentos ineficazes e terapias alternativas ou a rejeição de cuidados médicos adequados para as enfermidades, colocando sua própria saúde em risco. Há grande potencial capacitador na informação em saúde disponibilizada *online*, no entanto, faz-se necessário atentar para o fato de que nem todas estas informações podem ser consideradas confiáveis e dignas de credibilidade por parte dos indivíduos.

Por este motivo, promover competência para lidar com informação em saúde não é uma tarefa simples, em virtude da complexidade de muitos assuntos, e envolve o emprego de estratégias de combate à desinformação, um fenômeno crescente e intensificado drasticamente nos últimos anos, impulsionado pelos acontecimentos durante as eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016 e consolidado durante a recente pandemia da Covid-19. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), cujo objetivo é direcionar e coordenar a saúde internacional dentro do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), declarou o novo coronavírus 2019-nCoV como uma pandemia¹. Iniciou-se, automática e paralelamente à pandemia, uma produção intensa de informações sobre o vírus, sua origem, modos de transmissão, sintomas, formas de tratamento etc. Tais informações, majoritariamente, possuíam dados sem comprovação científica e foram formatadas de modo a gerar caos social, configurando-se uma epidemia de informação falsa, ilegítima e descontextualizada, em que não havia controle sobre seu surgimento e a sua circulação.

O termo Infodemia, conceituado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), descreve bem este fenômeno:

[...] um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual. Nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa (Organização Pan-Americana da Saúde, 2020, p. 2).

Testemunhamos um período marcado pela circulação de informações em formatos diversos e velocidade jamais vivenciada, muitas das vezes propositadamente estruturadas para confundir e até mesmo enganar a população despreparada para identificá-las e checá-las. Tal contexto converge com o conceito de desinformação, apresentado por Oliveira e

¹ Segundo a OMS, o termo pandemia se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. Em complemento, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), descreve pandemia como disseminação mundial de uma nova doença, termo que passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa.

Souza (2022, p. 79) como “a informação deliberadamente enganosa ou comprovadamente falsa, elaborada especificamente para um propósito nocivo”. Mello (2022, p. 89) acrescenta que a “desinformação geralmente encontra alguma maneira de se instalar na crença do sujeito, de modo que a pessoa passe a acreditar no falso e se engaje na mentira, defendendo o engano como verdade”. É nesse mecanismo que as informações falsas, popularizadas no termo *fake news*, definido por Schneider (2019, p.74) como “informações mentirosas de aparência jornalística que impregnam essas redes, em escala ao mesmo tempo massiva e ultra direcionada, com o intuito de favorecer determinados grupos de poder”, se sustentam e produzem fortes impactos na sociedade.

No Brasil, até mesmo instituições governamentais reconhecidas por sua credibilidade e confiabilidade perante a sociedade incorreram em ações ou omissões que contribuíram para a proliferação de desinformação em saúde durante o período pandêmico. Testemunhou-se uma grande quantidade de desinformação em saúde durante a pandemia de Covid-19 e a falta de coordenação da área de comunicação entre os canais oficiais do Governo Federal pode ter sido um agravante à disseminação de desinformação, conforme demonstram Maia e Maia (2023, p. 65):

A falta de coordenação da área de comunicação ficou tão evidente que, em 04 de agosto de 2021, o MS recebeu uma determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) para elaborar um plano de comunicação para orientar a população e combater as informações falsas sobre a covid-19[...] Destacamos que a interrupção de um canal existente para realizar a mesma ação, ainda que deficitária, como o Saúde sem *Fake News*, e a criação de outra iniciativa em razão da determinação de um órgão de controle externo do governo, é só mais um dos exemplos, entre tantos, de como o ministério, subordinado ao então Chefe de Estado, Jair Bolsonaro, seguiu na contramão mundial das melhores práticas adotadas para enfrentamento da pandemia.

Diante dessa constatação, identificamos a necessidade de averiguar se em outros canais de comunicação de órgãos pertencentes à estrutura do Governo Federal, a exemplo da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que administra cerca de 40 (quarenta) hospitais vinculados às universidades federais brasileiras, houve alguma ação relacionada ao combate à desinformação sobre aspectos da pandemia. Assim, buscamos analisar a atuação da EBSERH no âmbito da comunicação em saúde, dado o fato da empresa fazer parte da Rede SUS de atendimento à sociedade e gerir hospitais-escolas, lugares em que assistência médica-hospitalar se funde ao ensino-aprendizagem, por meio do apoio à formação de profissionais de saúde e ao desenvolvimento de pesquisas científicas.

Por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), analisamos o papel do *site* da EBSERH, integrante da plataforma do Governo Federal, no combate à desinformação durante o período que compreendeu a declaração da pandemia do novo Coronavírus pela OMS e o decreto do fim da emergência de saúde pública de importância internacional. Com base nas discussões levantadas e resultados obtidos, refletimos sobre a relevância dada pela empresa à disseminação de conteúdos sobre a Covid-19, por meio da análise das notícias publicadas em seu *site*, bem como sobre a relevância da comunicação em saúde para fortalecer a mitigação das *Fake News* e, consequentemente, da desinformação como um todo.

2 DESINFORMAÇÃO EM SAÚDE NA ERA DA PÓS-VERDADE: DESAFIOS PARA A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Conforme defendido por Ramos (2017, p. 155) “o direito à informação e comunicação é inalienável do direito à saúde. A ausência de informação ou uma comunicação inadequada afeta diretamente esse direito, bem como a igualdade, o acesso e a qualidade em saúde”. Isto evidencia que tanto o acesso à saúde quanto ao conhecimento das questões em torno dela, como formas de prevenção e tratamento de enfermidades, precisam estar disponíveis e acessíveis à sociedade. Todavia, isto requer um lugar de respeito à ciência e ao Estado democrático de direito, pois em situações contrárias a esta, a desinformação em saúde torna-se aliada aos movimentos antidemocráticos e anticientíficos.

Frente a consolidação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), sobretudo por meio das redes sociais, recebemos diariamente dezenas de conteúdos, nos mais diversos formatos e sobre os mais variados assuntos, disponíveis a um toque, um clique ou a um deslize de tela. Os ambientes digitais se firmaram como espaços de socialização e, principalmente, de comunicação, ampliando a rede de transmissão de informações e conhecimento entre os indivíduos, num curto espaço de tempo e por meio da eliminação de barreiras geográficas:

Um dos grandes desafios contemporâneos é o enfrentamento da expansão descontrolada da informação, o sinal mais evidente da emergência de um tipo de sociedade que parece conjugar a produção de quantidades gigantescas de informação, a utilização intensiva de tecnologias eletrônicas em rede e um intenso processo de aprendizagem permanente (Gasque; Tescarolo, 2004, p. 35).

Essa disseminação ilimitada de conteúdos, especialmente sobre temas relacionados à saúde nos últimos anos, é carregada de informação incorreta, sem a intenção de assim o ser ou de causar danos (*mis-information*); de informação considerada legítima, mas utilizada fora do contexto ou como base de discursos propositalmente feitos para ofender e insultar (*mal-information*), e de informação intencionalmente enganosa ou comprovadamente falsa, produzida com objetivo de causar danos (*dis-information*) (Oliveira; Souza, 2022; Wardle; Derakhshan, 2017).

Além disso, vivemos em uma realidade onde as percepções subjetivas e as emoções muitas vezes têm mais influência nos argumentos e debates públicos do que os dados concretos. O fenômeno da Pós-verdade ganhou destaque especialmente no contexto político e midiático e se utiliza da manipulação de emoções para disseminar informações falsas, distorcidas ou enganosas de maneira ampla, seja por meio de redes sociais ou por outros canais de comunicação, em consonância com o conceito elaborado por Schneider (2019, p. 74):

Pós-verdade é uma expressão que se popularizou nos últimos anos e que alude a uma nova modalidade de um velho fenômeno sócio informacional, a saber, o fato de crenças infundadas exercerem maior influência na formação da opinião pública do que evidências e argumentos racionais. Sua especificidade consiste no papel das redes sociais digitais em sua formação, mediante a circulação de *fake news*, informações mentirosas de aparência jornalística que impregnam essas redes, em escala ao mesmo tempo massiva e ultra direcionada, com o intuito de favorecer determinados grupos de poder.

Tópicos voltados à saúde relacionam-se diretamente às emoções, medos, ansiedades e crenças das pessoas. A desinformação em saúde explora justamente aspectos emocionais

dos indivíduos e se beneficia de uma série de fatores para se alastrar e influenciar as percepções, crenças e decisões dos indivíduos. As estratégias de desinformação buscam oferecer às pessoas informações que se alinharam com suas opiniões e ratifiquem suas crenças pré-existentes. Informações que oferecem respostas simples ou curas milagrosas para problemas complexos de saúde tendem a atrair um público, em sua maioria, despreparado para buscar por evidências científicas, seja por falta de tempo, de conhecimento em ciência ou vontade, e ansioso por respostas, orientações e soluções rápidas.

Uma pesquisa realizada pelo *Google* e obtida com exclusividade pelo Cambricol (2019) revelou, com base em dados de buscas e consumo de conteúdos sobre saúde no próprio *Google* e na plataforma do *Youtube*, que o Brasil é o País em que as buscas relacionadas à saúde mais cresceram no mundo no ano de 2019. O índice de cidadãos brasileiros que priorizam o *Google* como primeira fonte de informação para solucionar ou para se informar sobre problemas de saúde já se aproxima da porcentagem de indivíduos que buscam imediatamente um médico. São 26% que têm o mecanismo de busca como primeira opção, contra 35% que recorrem a um médico (Cambricol, 2019).

A crescente busca por informações sobre doenças, sintomas, prevenção, condições médicas, tratamentos e medicamentos na *internet* encontra respaldo na conveniência e acessibilidade proporcionada pela rede mundial de computadores. A rapidez com que os conteúdos podem ser acessados e a linguagem simplificada utilizada nas mídias digitais contribuem para que as pessoas recorram a plataformas como o *Google* e às redes sociais para se manterem informadas em saúde. Soma-se a isto o fato de que grande parcela da população não possui fácil acesso a profissionais ou ao sistema de saúde, sendo levada a procurar soluções para suas mazelas *online*, quando se depara com um lugar propício para todos os tipos de informação.

A *internet* oferece uma vastidão de informações, desde fontes fidedignas e baseadas em evidências científicas, até conteúdos imprecisos e desinformação. Além disso, nestes ambientes digitais há a possibilidade de se recorrer a grupos, fóruns e redes sociais para compartilhar experiências, obter conselhos e buscar informações sobre condições de saúde, visto que a interpretação de estudos científicos e de evidências médicas pode ser complexa para quem tem uma compreensão insuficiente da ciência e da pesquisa médica. Valendo-se desta lacuna, a desinformação pode ser propagada como fato científico.

Outro ponto em evidência, reforçado principalmente pelos acontecimentos ligados à circulação de desinformação fomentada por órgãos governamentais no Brasil durante a pandemia da Covid-19, diz respeito à desconfiança da população em instituições médicas, governamentais, jornalísticas ou em autoridades de saúde, que pode levá-la a buscar informações em fontes menos confiáveis:

No Brasil, o líder do Poder Executivo contradisse, com discursos e ações, as recomendações de instituições nacionais e internacionais, notadamente, do Ministério da Saúde (MS) do Brasil e da OMS, sobre isolamento social. Como o ministro da Itália, o presidente brasileiro demonstrou elevado interesse em proteger a economia do país em detrimento da contenção do vírus. Assim, nota-se que este, mesmo acompanhando o caos social do país europeu, negligenciou a preocupação dos especialistas e agiu de forma propícia à instalação do caos. Esse tipo de situação se agrava quando tais atitudes coabitam com *fake news* (Ferreira; Lima; Souza, 2020, p. 15).

É, portanto, necessária a recuperação da credibilidade da população em *sites* de organizações médicas, instituições de saúde e nos portais da estrutura do Governo Federal,

locais onde é suposta a garantia da confiabilidade das fontes, da precisão das informações e até mesmo a oportunidade de checagem de conteúdos recebidos e compartilhados nas mídias sociais de modo a colaborar com a democratização da informação de qualidade.

Em uma realidade onde as informações estão abundantemente disponíveis, a competência em informação é uma habilidade indispensável para localizá-las, analisá-las, aplicá-las de maneira relevante e comunicá-las de forma clara, coerente e segura. Pôr em prática esta habilidade para vincular a credibilidade da informação à checagem de suas origens e referências tem se tornado cada vez mais complexo, visto que “a informação falsa bem produzida possui uma rede de falsas informações que a acompanha, como o uso de sites falaciosos, imagens construídas, autores e instituições de renome utilizados apenas para ludibriar o leitor” (Oliveira, 2020, p. 21). Por isso, é imprescindível o desenvolvimento da competência em informação:

Competência em informação é uma habilidade de sobrevivência na Era da Informação. Em vez de se afogar na abundância de informação que inunda suas vidas, pessoas competentes em informação sabem como encontrar, avaliar e utilizar as informações de forma eficaz para resolver um determinado problema ou tomar uma decisão – não importa se a informação selecionada venha de um computador, um livro, uma agência governamental, um filme, ou qualquer outra fonte possível (ACRL, 1989 *apud* Bezerra, 2019, p. 55).

O desenvolvimento de competência em informação não deve ser encarado como uma responsabilidade exclusiva do sujeito envolvido no processo informacional. A concepção individualista da responsabilidade pela identificação de informações danosas muitas vezes ignora a complexidade do ecossistema informacional vigente. O consumo e compartilhamento de desinformação são influenciados por fatores como alfabetização midiática e informacional, estrutura das plataformas digitais, políticas institucionais de regulação da informação e até mesmo por dinâmicas socioculturais que moldam crenças e percepções sobre ciência e saúde.

Deste modo, atribuir exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade de discernir entre informações confiáveis e enganosas desconsidera os fatores externos que moldam suas escolhas informacionais. As plataformas digitais, por exemplo, possuem algoritmos que privilegiam conteúdos altamente engajadores, independentemente de sua veracidade, visto que, como defende O’Neil (2020) tais algoritmos não são neutros, pois refletem as suposições e valores de seus criadores, além de estarem frequentemente embutidos em estruturas de poder e interesses econômicos. Essa ferramenta favorece o fechamento dos indivíduos em câmaras de eco centradas na oposição a novas ideias, assuntos e informações importantes (Santaella, 2018) e reforça vieses cognitivos, dificultando a identificação de desinformação pois, ao priorizar alcance e interações, pode contribuir para a perpetuação de narrativas desinformativas, tornando-se um agente ativo nesse processo. Logo, o combate à desinformação e o desenvolvimento de competência em informação não podem se limitar à responsabilização individual, sendo necessário um esforço conjunto que inclua mudanças nas dinâmicas de recomendação de conteúdo, maior transparência dos algoritmos e políticas mais rigorosas de moderação de informações falsas ou enganosas.

Trata-se de um desafio a longo prazo, visto que o desenvolvimento de competência em informação nos indivíduos envolve medidas complexas que compreendem a educação contínua, a prática e a experiência no manejo de informações, além de questões complexas e coletivas, como desenvolvimento e mudança de políticas públicas, atualização de currículos escolares e alfabetização midiática, do mesmo modo comprometimento por parte dos

órgãos governamentais que precisam ser meio para a construção dessas competências de forma coletiva.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é caracterizada como exploratória e descritiva. Segundo Gil (2002, p. 41), pesquisas exploratórias “têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, [...] proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Em se tratando do caráter descritivo, Gil (2020, p. 42) define que o objetivo primordial é a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Para a investigação do objeto de estudo, analisamos as notícias publicadas no *site* da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) no período de 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a Covid-19 como Pandemia, até 08 de maio de 2023, quando a mesma Organização declarou o fim da emergência de saúde pública de importância internacional ocasionada pela Covid-19.

A EBSERH, criada por meio da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, é uma empresa pública que administra 40 hospitais de universidades federais, é vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e se apresenta como a maior rede de hospitais públicos do Brasil, tendo por finalidade, segundo o *site* da instituição:

Prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2020, parag. 2, linhas 2-4).

Para iniciar a delimitação da quantidade de notícias a serem analisadas, utilizamos a ferramenta do *site* “filtrar por período”, que resultou na identificação de 1.040 publicações no *site* da empresa, as quais correspondem a fatos ocorridos, ações realizadas, divulgações institucionais e medidas adotadas nos 40 hospitais universitários federais que compõem a rede, bem como na sede da instituição, e sobre os mais diversos temas relacionados à área de atuação do órgão.

Como critério de seleção, priorizamos temas relacionados à Pandemia da Covid-19 e de utilidade pública, capazes de promover comunicação em saúde e contribuir para o combate a desinformação e *fake news*. Posteriormente, realizamos a leitura das manchetes e lides² de todas as 1.040 notícias localizadas visando diferenciar conteúdos meramente institucionais, cujos objetivos eram apenas divulgar a empresa e suas ações sob o ponto de vista da comunicação organizacional, de conteúdos relacionados à Pandemia da Covid-19 com potencial para promoção de comunicação em saúde para a sociedade.

Assim, chegou-se à amostra de 102 notícias, as quais foram lidas em seu inteiro teor e categorizadas, posteriormente, da seguinte forma: notícias relacionadas a pesquisas científicas e testes nos quais a empresa estava envolvida, notícias focadas na instrução e orienta-

² Segundo Callado (2002, p. 46), lide “é o primeiro parágrafo de uma notícia e deve narrar, resumidamente, o fato mais relevante da série de fatos que compõem a notícia”.

ção da população, notícias que descreviam ações e serviços ofertados aos usuários durante o período pandêmico e, notícias voltadas para o compartilhamento de estratégias para identificação de *fake news*.

Trata-se, portanto, de uma análise de conteúdo, metodologia para tratamento de dados proposta por Bardin (1977), que visa obter indicadores para a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destes dados, e envolve as etapas de pré-análise, onde o material disponível é submetido a procedimentos analíticos, a etapa de exploração deste material, na qual são estabelecidas as unidades de registro e unidades de contexto e, por fim, a fase de tratamento dos resultados, quando ocorre a sistematização das características dos elementos encontrados no material e a concessão de novo significado a estas características. Para Bardin (1977) a Análise de Conteúdo é, portanto:

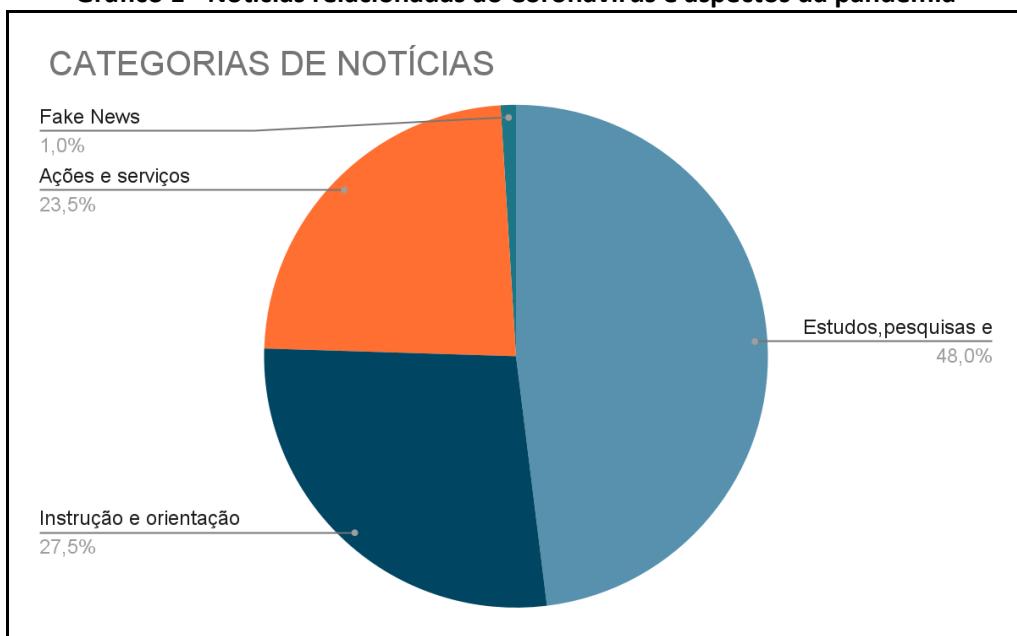
Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p. 42).

Após a definição da amostra, composta por 102 notícias publicadas no *site* da EBSERH, procedeu-se à leitura integral de cada uma delas, com o objetivo de identificar os principais enfoques temáticos e potenciais contribuições para o enfrentamento da desinformação em saúde durante a pandemia de Covid-19. Os dados foram organizados em uma planilha eletrônica, contendo as seguintes variáveis: a) título da notícia; b) data de publicação e c) categoria. A categorização temática das notícias foi realizada de forma qualitativa, resultando em quatro grandes grupos: 1) divulgação de pesquisas científicas e testes relacionados à Covid-19; 2) instrução e orientação da população; 3) divulgação de ações e serviços ofertados durante o período pandêmico; e 4) estratégias de combate à desinformação, especialmente por meio do incentivo à checagem de informações e educação midiática.

Esse processo permitiu uma visão panorâmica da atuação da EBSERH sob o ponto de vista da comunicação pública em saúde durante a pandemia da Covid-19, bem como a identificação de iniciativas comunicacionais que buscaram promover a circulação de informações verificadas e cientificamente embasadas, contribuindo, assim, para a mitigação dos efeitos da desinformação no contexto sanitário analisado.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

A análise resultou na identificação de 102 (cento e duas) notícias relacionadas ao Coronavírus e aspectos da pandemia, sendo: 49 (quarenta e nove) correspondentes a estudos, pesquisas científicas e testes nos quais a empresa estava envolvida, 28 (vinte e oito) focadas na instrução e orientação da população, de cunho preventivo, 24 (vinte e quatro) dedicadas a descrição de ações e serviços ofertados aos usuários durante o período pandêmico e, por fim, 1 (uma) notícia que trata especificamente sobre estratégias para identificação de *fake news*, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Notícias relacionadas ao Coronavírus e aspectos da pandemia

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Identificamos que nas notícias dedicadas a divulgação de estudos, pesquisas científicas e testes realizados na rede ou por profissionais a ela vinculados em parceria com outras instituições/órgãos, há predominância dos temas: vacinas (18), efeitos da Covid-19 (14), tratamento da Covid-19 (12), fatores de risco da Covid-19 (3) e compilação das pesquisas e estudos realizados (2). Já as notícias voltadas para ações ofertadas pela empresa aos usuários de seus serviços durante a pandemia, verificamos o aparecimento dos temas: assistência aos usuários (15), tratamento de sequelas da Covid-19 (4), ações de inovação para tratamento da Covid-19 (3) e compilado de ações realizadas e relacionadas à pandemia (2). Por fim, nas notícias relacionadas à orientação da população sobre aspectos da pandemia, identificamos o aparecimento dos tópicos: prevenção de contaminação pela Covid-19 (17), impactos da pandemia na população (4), orientações gerais sobre o Coronavírus e a pandemia (3) e *fake news* (1).

Os dados obtidos na análise das 102 notícias publicadas no *site* da EBSERH revelam uma atuação prioritariamente voltada à comunicação científica e institucional, com destaque para os temas relacionados a pesquisas, testes e estudos desenvolvidos no contexto da pandemia de Covid-19. Embora tais conteúdos representem uma contribuição relevante para a promoção da comunicação em saúde, observa-se que apenas uma parcela reduzida das publicações analisadas — cerca de 9,80% — foi considerada como capaz de fortalecer os vínculos do cidadão e da sociedade com informações relacionadas à temática do Coronavírus, assunto alvo de grande quantidade de desinformação e que dominou os interesses de grande parte da população durante o período avaliado pela pesquisa.

Tal achado, quando analisado à luz do conceito de infodemia (OPAS, 2020) revela uma fragilidade na atuação da instituição no combate a desinformação em saúde. Em cenários de abundância de informação, como o testemunhado durante a pandemia da Covid-19, o papel de órgãos públicos da área da saúde como a EBSERH deve ir além da mera difusão de dados científicos, exigindo uma postura ativa no ecossistema informacional, com ações voltadas para a conscientização da população, o estímulo à verificação de fatos e ao esclare-

cimento sobre boatos e *fake news*, conforme destaca Salustiano *et al.* (2022) ao ressaltar o papel da informação durante emergências sanitárias.

Como bem observam Oliveira e Souza (2022) e Wardle e Derakshan (2017), a desinformação não se configura apenas como um ruído no processo informacional, mas corresponde a uma ação deliberada que visa enganar e prejudicar, exigindo, portanto, respostas igualmente intencionais e estrategicamente estruturadas que evitem lacunas e omissões que perpetuem ambientes informacionais vulneráveis, nos quais a ausência de contrapontos claros à desinformação acaba por abrir espaço para a consolidação de crenças falsas, como aponta Mello (2022). Além disto, a lógica da pós-verdade, apresentada por Schneider (2019) reforça e se aproveita desse ciclo à medida que os indivíduos tendem a consumir e compartilhar conteúdos alinhados às suas crenças pré-existentes, independentemente de sua veracidade, fechando-se nas chamadas câmaras de eco (Santaella, 2018), que também se beneficiam da inércia e da ausência de informação.

Nessas bolhas, em que os indivíduos tendem a interagir apenas com conteúdos e pessoas que reforçam suas crenças preexistentes (Santaella, 2018), há forte tendência de rejeição de informações oficiais e científicas, mesmo quando veiculadas por instituições como a EBSERH. Assim como pontua Schneider (2019), vivemos uma era em que os fatos objetivos perdem relevância diante de crenças pessoais e apelos emocionais, gerando um cenário no qual a veracidade das informações é muitas vezes relativizada. Essa lógica da pós-verdade cria um terreno fértil para a desinformação, sobretudo quando instituições públicas não assumem uma postura ativa na produção de conteúdos informativos que sejam, ao mesmo tempo, cientificamente embasados e comunicativamente eficazes. Isso significa que, além de produzir conteúdo de qualidade, é necessário romper as barreiras cognitivas e afetivas criadas pela pós-verdade e pelos filtros algorítmicos (O’Neil, 2020) que sustentam essas câmaras de eco. A ausência de estratégias voltadas para esse enfrentamento compromete o papel da EBSERH como agente de saúde pública no campo informacional.

O tímido percentual de notícias no *site* da EBSERH voltadas à mitigação da desinformação não dialoga com a urgência e a complexidade do fenômeno da infodemia (OPAS, 2020). A ausência de ações robustas de enfrentamento a esse problema compromete o potencial de comunicação em saúde e, mais amplamente, a missão institucional da empresa de promover bem-estar à população brasileira por meio de práticas informacionais responsáveis, transparentes e cidadãs. Tal ausência de informação ou de uma comunicação adequada, como destaca Ramos (2017), fere diretamente o direito à saúde e em contextos de crise sanitária, como o enfrentado durante a pandemia de Covid-19, esse princípio ganha centralidade, pois a informação passa a exercer uma função protetiva e estruturante, orientando comportamentos individuais e coletivos em relação à prevenção, diagnóstico, tratamento e cuidados continuados.

A escassez de conteúdos explicitamente voltados à mitigação da desinformação configura um ponto crítico da atuação comunicacional da EBSERH, sobretudo em um momento em que a desinformação se demonstrou tão ou mais nociva que o próprio vírus, capaz de comprometer a adesão da população a medidas sanitárias, desacreditar a ciência e minar a confiança em instituições públicas. A análise da atuação da EBSERH no combate à desinformação durante o período pandêmico revela uma tensão entre a produção de conhecimento e seu repasse efetivo à população. Embora a instituição tenha publicado uma série de conteúdos informativos sobre pesquisas, vacinas, tratamentos e serviços ofertados durante a pandemia, observa-se uma lacuna significativa na tradução dessas informações em estratégias de comunicação acessíveis, educativas e voltadas para a orientação crítica dos cidadãos.

Tal ausência de foco deliberado no combate à desinformação implica não apenas um déficit informacional, mas uma falha em garantir o direito à informação em saúde como dimensão do direito à saúde em si.

A informação em saúde, portanto, deve ser compreendida como um elemento essencial no desenvolvimento de políticas públicas. Quando o Estado, por meio de suas instituições, falha em comunicar de forma clara, proativa e estratégica, acaba por reproduzir desigualdades no acesso ao conhecimento confiável, fragilizando o exercício pleno da cidadania e fortalecendo a desinformação. A comunicação pública em saúde deve constituir-se como um instrumento de fortalecimento do SUS, da confiança pública e da autonomia informacional da sociedade. Assim, ao não incorporar plenamente esse papel em sua comunicação, a EBSERH atua aquém do que se espera de uma instituição estratégica no enfrentamento de crises sanitárias e na promoção do direito à saúde.

Por este motivo é importante que a empresa fortaleça e revise periodicamente sua Política de Comunicação Institucional, visando não só alinhar sua conduta a fenômenos sociais, como a infodemia e a desinformação (Wardle; Derakhshan, 2017), por exemplo, mas também atender às necessidades informacionais dos públicos interno e externo na mesma proporção. A atual Política de Comunicação Institucional da empresa, disponível em seu *site*, teve a última atualização realizada em 25 de março de 2020. O documento apresenta diretrizes que orientam a comunicação no âmbito organizacional e no relacionamento com a mídia, mas não se aprofunda no papel e objetivos da instituição frente aos desafios do campo “comunicação e saúde”, limitando-se a definir como uma de suas finalidades “contribuir para a promoção e melhoria das condições de saúde da população brasileira, conforme preconiza o Sistema Único de Saúde (SUS)” (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2020, p. 7).

Consideramos relevante a reflexão acerca da Política de Comunicação Institucional da EBSERH para que suas ações sejam cada vez mais direcionadas a um trabalho contínuo de produção de informação para a saúde voltado à sociedade, visando:

[...] estabelecer um debate público sobre temas de interesse e garantir às pessoas informações suficientes para a ampliação de sua participação cidadã nas políticas de saúde. [...] compreender e agir sobre os processos sociais de produção dos sentidos, que afetam diretamente o campo da saúde (Fundação Osvaldo Cruz, 2016, p. 30).

Além disso, consideramos imprescindível que a empresa reafirme, na prática, o projeto também presente em sua Política de Comunicação Institucional, de “buscar a viabilização das condições para que, em situações de risco, a Comunicação participe ativamente da condução para o seu enfrentamento” (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 2020, p. 8), visto que, com base na publicação de notícias voltadas à informação para a saúde sobre Covid-19 durante a pandemia, a produção de conteúdo no *site* institucional da EBSERH ficou aquém do esperado para o enfrentamento do risco oferecido pela desinformação.

Os dados da pesquisa também permitem uma reflexão crítica à luz do conceito de competência em informação, entendida como uma habilidade essencial para a sobrevivência na Era da Informação. Conforme destaca Bezerra (2019), ser competente informacionalmente significa saber encontrar, avaliar e utilizar informações de forma eficaz para resolver problemas e tomar decisões, independentemente da origem da informação. Em contextos de crise sanitária, como a pandemia de Covid-19, essa competência torna-se ainda mais crucial,

pois o volume de informações, muitas vezes contraditórias ou enganosas, pode gerar confusão, desconfiança e adesão a práticas prejudiciais à saúde.

Ao analisar a atuação da EBSERH neste sentido, percebe-se que, embora a instituição tenha publicado uma quantidade significativa de conteúdos informativos relacionados à pandemia — em especial estudos, pesquisas e orientações —, poucos desses materiais possuem foco explícito na formação da competência informacional do cidadão, ou seja, a maior parte das notícias analisadas não buscou orientar a população sobre como verificar fontes, como interpretar evidências científicas ou como reconhecer discursos enganosos, aspectos essenciais para fortalecer a autonomia crítica dos indivíduos diante do excesso de informação.

Essa lacuna evidencia uma limitação importante: a comunicação institucional parece ter operado sob uma lógica unidirecional e informativa, centrada na transmissão de conteúdos, sem explorar seu potencial formativo. Em vez de atuar como mediadora do conhecimento e promotora de práticas informacionais seguras, a EBSERH priorizou a disseminação de dados e resultados, sem dialogar suficientemente com as necessidades cognitivas e sociais da população em um cenário dominado pela incerteza, pelo medo e pela desinformação. Isso contraria a noção de que, para combater efetivamente a desinformação, é necessário ensinar a aprender, capacitar o sujeito a lidar com a complexidade do ecossistema informacional e não apenas entregar-lhe conteúdos prontos.

No entanto, é importante destacar que a responsabilidade pelo desenvolvimento da competência em informação não pode recair unicamente sobre um único ator, seja ele a EBSERH ou o sujeito enquanto consumidor de informação. Esperar que cada cidadão, individualmente, desenvolva as habilidades necessárias para navegar criticamente em um ambiente informacional complexo significa ignorar as desigualdades sociais, educacionais e tecnológicas que marcam a sociedade brasileira. Por isso, órgãos governamentais, especialmente aqueles ligados à saúde pública, como a EBSERH, têm o dever de atuar de forma proativa e colaborativa na construção de estratégias comunicacionais que não apenas informem, mas também capacitem. A corresponsabilidade entre indivíduos e instituições é fundamental para garantir o direito à saúde em sua dimensão informacional (Ramos, 2017). Para além de publicar conteúdos corretos, é necessário também ensinar e auxiliar os indivíduos na distinção de conteúdos falsos e enganosos de conteúdos verdadeiros e dignos de confiabilidade dada a expansão descontrolada de informação (Gasque; Tescarolo, 2004). A construção dessa relação também auxilia a órgãos governamentais como a EBSERH a consolidar-se como referência confiável em meio a desordem informacional.

Dessa forma, os achados da pesquisa revelam que, embora a EBSERH tenha desempenhado um papel relevante na produção e disseminação de informações científicas e orientações sobre a pandemia, sua atuação no enfrentamento direto à desinformação foi limitada e insuficiente diante da gravidade do cenário informacional vivenciado. Em um contexto marcado pela infodemia, pela pós-verdade e pelo fortalecimento de câmaras de eco, a mera disponibilização de conteúdos corretos não garante sua efetiva apropriação social. É fundamental que instituições públicas de saúde assumam uma postura mais ativa e estratégica, contribuindo não apenas para o combate à desinformação, mas também para o desenvolvimento da competência em informação da população, visto que a construção de uma sociedade melhor informada está diretamente relacionada a uma comunicação pública mais acessível, formativa e engajada, que reconheça a centralidade do direito à informação qualificada como dimensão indissociável do direito à saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a atuação do *site* da EBSERH no combate à desinformação acerca do novo Coronavírus durante o período da pandemia, com foco nas notícias publicadas e consideradas potencialmente capazes de desmontar *fake news* e orientar à população, ficando explícito que a empresa necessita incrementar a produção de conteúdos voltados à comunicação em saúde para garantir à sociedade seu direito à informação.

Foi possível constatar que, apesar de terem sido identificadas notícias voltadas à publicação de estudos, pesquisas científicas, testes, orientações à população sobre aspectos do vírus e da pandemia, além de serviços e ações realizadas pelo órgão, a quantidade foi insuficiente quando comparada ao volume de desinformação circulante no Brasil neste período, principalmente quando observamos a ocorrência de apenas 1 (uma) publicação sobre a disseminação de falsas informações.

Faz-se necessário que a empresa atente para a urgência de fortalecer suas estratégias comunicacionais para o combate à desinformação, não apenas acerca da pandemia ou do Coronavírus, mas sobre saúde de forma geral e que se mantenha consciente, enquanto órgão governamental, da força que exerce no cenário da saúde pública brasileira, sobretudo por mesclar características assistenciais e acadêmicas em seu escopo de atuação e gestão.

É fato que a desinformação se apropria das lacunas deixadas pela falta de informação de qualidade, acessível e preventiva. Por isso é indispensável que instituições como a EBSERH, que compõem a estrutura integrada do Governo Federal, utilizem de sua finalidade, especialidade, espaço e credibilidade para promover a geração de conteúdos e proporcionar o esclarecimento da sociedade e o desenvolvimento de competência crítica na avaliação e classificação de informações como falsas ou verdadeiras em situações cotidianas.

A partir da análise dos dados, identificamos algumas frentes de ação a serem discutidas e consideradas como promissoras enquanto estratégias para lidar com a desinformação em saúde, possíveis de serem incorporadas por instituições da área, a exemplo da empresa aqui estudada. São elas:

- a) incentivo a competência em informação: disseminação de conteúdos que orientem as pessoas a avaliar fontes de informação, de modo a checar sua credibilidade; encorajá-las a questionar informações suspeitas e a procurar várias fontes antes de acreditar em algo; ensinar as pessoas a realizar pesquisas online eficazes;
- b) fontes Confiáveis: disseminar periodicamente fontes de informação confiáveis na área de saúde, como sites de agências de saúde governamentais, instituições de pesquisa médica, universidades e organizações médicas ilibadas;
- c) comunicação clara e acessível: dinamizar e simplificar as informações de saúde, de modo a torná-las compreensíveis para o público em geral, evitando termos técnicos para facilitar a compreensão;
- d) colaborar com Especialistas: utilizar os conhecimentos dos recursos humanos especializados da empresa (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e outros) para produzir conteúdo informativo e esclarecedor;
- e) monitoramento e reação: monitorar regularmente fontes de desinformação e respondê-las com informações corretas e baseadas em evidências.

A desinformação, enquanto fenômeno social, possui características de difícil trato, visto que tem se solidificado mediante ao avanço tecnológico, que permite a elaboração e a

disseminação de conteúdos fraudulentos, em conjunto com aspectos subjetivos que dizem respeito às crenças e às atitudes dos indivíduos diante da informação. Ao considerar tais características, delineia-se a amplitude do problema em curso, compreendendo que não há solução evidente e nenhum tipo de barreira ou punição que detenha a contento a desinformação. Ainda assim, é de responsabilidade coletiva lidar com este fenômeno, construindo uma cultura comum para o trato com a informação que seja acessível, inclusiva e que considere as ambiguidades, as divergências e as possibilidades de atuação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- BEZERRA, A. C. Teoria Crítica da Informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. In: BEZERRA, Arthur Coelho *et al.* (Org.). **Ikritika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 15-72. Disponível em: https://www.garamond.com.br/wp-content/uploads/2020/06/iKr%C3%ADtika_Livro.pdf?thwepof_product_fields=. Acesso em: 02 ago. 2023. BRASIL.
- CALLADO, A. A. O texto em veículos impressos. In: CALDAS, Álvaro (org.). **Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002. p. 41-58.
- CAMBRICOL, Fabiana. Brasil lidera aumento das pesquisas por temas da saúde no Google. **Estadão**, São Paulo, 2 fev. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/brasil-lidera-aumento-das-pesquisas-por-temas-de-saude-no-goo-#:~:text=0%20levantamento%2C%20obtido%20com%20exclusividade,outras%20categorias%20dentro%20do%20Brasil>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES. Ministério da Educação. **Política de comunicação institucional**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/legislacao-e-normas-de-comunicacao/politica-de-comunicacao-institucional/view>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- FERREIRA, J. R. S.; LIMA, P. R. S.; SOUZA, E. D. Desinformação, infodemia e caos social: impactos negativos das fake news no cenário da covid-19. **Em Questão**, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150150>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Rio de Janeiro). Política de comunicação da Fiocruz. **Fiocruz**, Rio de Janeiro, 22 set. 2017. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/politica-de-comunicacao-da-fiocruz>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- GASQUE, K. G. D.; TESCAROLO, R. Sociedade da aprendizagem: informação, reflexão e ética. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, p. 35-40, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ci/a/K64JvNG35sDCT3Q6xsZh7xk/?lang=pt>. Acesso em: 07 ago.2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa - antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.

MAIA, C. T.; MAIA, K. O Ministério da Saúde em face da desordem da informação sobre a covid-19: uma análise do canal de informações Saúde sem Fake News. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 47–66, jan./mar. 2023. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3476/2579>. Acesso em: 16 jun. 2023.

MELLO, F. C. O. de. Autorreflexão, reflexão e ética: o papel da competência crítica em informação na defesa contra a desinformação. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco (Org.). **Competência crítica em informação**: teoria, consciência e práxis. Rio de Janeiro: Ibit, 2022. p. 87-96. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1200>. Acesso em: 22 jun. 2023.

OLIVEIRA, M. L. P. de. **Competência crítica em informação e fake news**: das metodologias de fact-checking à auditabilidade do sujeito comum. 2020. 191 f. Tese (Doutorado) -Curso de Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18200>. Acesso em: 02 ago. 2023.

OLIVEIRA, M. L. P. de; SOUZA, E.D. de. Competência crítica e desordem da informação: da atuação dos agentes ao protagonismo social. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco (Org.). **Competência crítica em informação**: teoria, consciência e práxis. Rio de Janeiro: Ibit, 2022. p. 77-86. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1200>. Acesso em: 22 jun. 2023.

O'NEIL, C. **Algoritmos de destruição em massa**: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Santo André: Rua do Sabão, 2020. 342 p

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS) (Washington). Organização Mundial da Saúde. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a Covid-19**. 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

RAMOS, N. Comunicação em saúde, interculturalidade e competências: desafios para melhor comunicar e intervir na diversidade cultural em saúde. *In*: RANGEL-S, Maria Ligia; RAMOS, Natália (org.). **Comunicação e saúde**: perspectivas contemporâneas. Salvador: Edufba, 2017. p. 149-172. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/7872>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SALUSTIANO, S.; CARVALHO, P. R.; GOUVEIA, F. C.; RAMOS, M. G. Desordem informacional e saúde: estudo bibliométrico de 50 anos na Scopus. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. *Anais* [...]. Porto Alegre: PPG-CI/UFRGS, 2022. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/200662>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SANTAELLA, L. **A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2018. 98pp.

SCHNEIDER, M. Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. In: BEZERRA, Arthur Coelho *et al.* (Org.). *Ikritika: estudos críticos em informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 73-116. Disponível em: [https://www.garamond.com.br/wp-content/uploads/2020/06/iKr%C3%ADtika_Livro.pdf?thwepof_product_fields="](https://www.garamond.com.br/wp-content/uploads/2020/06/iKr%C3%ADtika_Livro.pdf?thwepof_product_fields=). Acesso em: 02 ago. 2023.

SCHUELER, Paulo. O que é uma pandemia. **Bio-Manguinhos**, 2021. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em: 15 jun. 2023.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Published by the Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disordertoward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>. Acesso em: 13 mar. 2024.